



PRÁTICAS CULTURAIS, RELAÇÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE LUTA POR DIREITO A TERRITORIALIDADE¹

Maria da Consolação Lucinda²

Resumo: Este texto pretende discutir algumas situações em curso no Maranhão que evidenciam conflitos entre coletivos formados por representantes de comunidades tradicionais a partir de narrativas sobre povos de terreiro e quilombolas. Através de procedimentos de pesquisa empírica que envolveram a participação de agentes sociais e focalizaram temáticas e questões relativas as dimensões do território, da religião e da construção identitária. São narrativas que circunscrevem problemáticas cotidianas vivenciadas em alguns municípios da região denominada Baixada Maranhense e também da região Metropolitana de São Luís. Identifica-se uma crítica à perspectiva instrumentalista do uso dos recursos naturais, com ênfase nos desequilíbrios ecológicos e nos danos decorrentes de empreendimentos imobiliários, agronegócio, construção de portos e de refinarias petrolíferas etc.

Palavras-chaves: Território; Comunidades Tradicionais; Povos de Terreiro; Quilombolas; Religiosidade.

CULTURAL PRACTICES, POLITICAL RELATIONS AND FIGHTING STRATEGIES FOR RIGHT TO TERRITORIALITY

Resumo: This text intends to discuss some situations in progress in Maranhão that show conflicts between groups formed by representatives of traditional communities based on narratives about people from “terreiro” and quilombolas. Through empirical research procedures that involved the participation of social agents and focused thematic and issues related to the dimensions of territory, religion and identity construction. Those narratives circumscribe problems experienced in the region called Baixada Maranhense and also in the metropolitan region of São Luís. A critique of the instrumentalist perspective of the use of natural resources is identified with an emphasis on ecological imbalances and damage from real governmental projects, agribusiness, construction of ports and oil refineries etc.

Keywords: Territory; Traditional Communities; Peoples of Terreiro; Quilombolas; Religiosity.

PRATIQUES CULTURELLES, RELATIONS POLITIQUES E ESTRATÉGIES DE COMBATS POUR DROIT À TERRITORIALITÉ

Résumé: Ce texte a pour but de discuter de certaines situations en cours au Maranhão, une des unités fédérales du Brésil, qui montrent des conflits entre des groupes formés par des représentants de communautés traditionnelles à partir de narratives sur personnes de religion de matrices africaines (terreiro) et de marronnes. À travers des procédures de recherche empiriques qui impliquaient la participation d'agents sociaux et concentraient thématiques et des questions liées aux

¹ O presente texto trata-se de uma versão ligeiramente modificada da segunda parte do relatório anual de atividades por mim desenvolvidas, como bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia / Universidade Estadual do Maranhão, entre junho de 2016 e agosto de 2017.

² Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão e membro do corpo docente da mesma instituição. *E-mail* mclucinda@gmail.com



dimensions du territoire, la religion et la construction de l'identité. Sont narratives que circonscrivent problématiques quotidiennes vivant en certaines villes de la région Métropolitaine de São Luís. On s'identifie une critique de la perspective instrumentaliste de l'utilisation des ressources naturelles est identifiée en mettant l'accent sur les déséquilibres écologiques et les dommages projets immobiliers, agro-industrie, construction de ports et de raffineries de pétrole etc.

Mots-clés: Territoire; Communautés traditionnelles ; “Peuples de Terreiro” ; Marronne; Religiosité.

PRÁCTICAS CULTURALES, RELACIONES POLÍTICAS Y ESTRATÉGIAS DE LUCHA POR DERECHO A LA TERRITORIALIDAD

Resumen: Este texto plantea discutir situaciones en curso en Maranhão, que evidencian conflictos entre colectivos formados por representantes de comunidades tradicionales y son tratadas a través de narrativas de y sobre los llamados pueblos de terrero y quilombolas. A partir de procedimientos de investigación empírica que involucraron la participación de agentes sociales y enfocaron temáticas y cuestiones relativas a la territorialidad, religiosidad y construcción identitaria. En la región denominada la Baixada Maranhense y también en la región Metropolitana de São Luís se identifica una crítica a la perspectiva instrumentalista del uso de los recursos naturales con énfasis en los desequilibrios ecológicos y en los daños derivados de emprendimientos inmobiliarios, agro- negocios, construcción de puertos y de refinerías petroleras etc.

Palabras-clave: Territorio; Comunidades Tradicionales; Pueblos de Terrero; Quilombolas; Religiosos.

INTRODUÇÃO

Não pense que porque é encantado aqui devastam isso tudo e eles não saem! Saem. Vão embora. Vai pra onde tem é... o mato, tem as ervas que aí eles ficavam sentados. Mas, dizer assim de ficar no limpo, eles ficam não ficam não..³

Em um livro intitulado “As três ecologias”, publicado há quase três décadas, o pensador Félix Guattari usou uma epígrafe atribuída ao antropólogo inglês Gregory Bateson assinalando a importância do “registro das questões mentais” nos debates e discussões sobre ecologia. A referida epígrafe nos permite vislumbrar uma imagem interessante afirmando a existência de “uma ecologia das ideias danosa, assim como existe uma ecologia das ervas daninhas”. Na capa da primeira edição brasileira deste livro, as intenções do autor são representadas graficamente na projeção das figuras dispostas em

³ Fala do senhor Fabrício Nabate, extraída da entrevista concedida a equipe de pesquisa do PPGCSPA. Penalva, maio de 2015.



linha vertical, de uma gravata borboleta, um parafuso com forma de borboleta e finalmente uma borboleta, ou mariposa. São imagens que nos remetem aos domínios ecológicos abordados, permitindo deste modo uma leitura provocativa.

No plano de discussão do livro, o fio condutor são “as intensas transformações técnico-científicas” em curso no planeta, engendrando “fenômenos de desequilíbrios ecológicos” e que em decorrência disto levam a uma progressiva deterioração dos modos de vida humanos individuais e coletivos. Esse debate tem sido travado por cientistas de diferentes áreas do conhecimento, por governos de vários países e em eventos promovidos por organismos multilaterais, a exemplo das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) celebradas no Rio de Janeiro em 1992 e 2012.

A atualidade deste debate decorre do fato de terem os efeitos danosos das transformações em curso, com o passar do tempo, ganhado amplitude sem que na mesma escala se tenha produzido formas eficientes de enfrentamento dos fenômenos de desequilíbrio ecológico. As recomendações e proposições de organismos multilaterais e programas voltados para essa temática podem ser parte dos esforços de construção de mecanismos que proporcionem uma visão de conjunto dessa problemática e de suas implicações no plano das relações sociais.

A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que passou a vigorar internacionalmente em 1991, também pode ser incluída no rol dos enfrentamentos ao tema⁴. Igualmente, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), assinada durante a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. Esta Convenção pauta a conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, a proteção das comunidades tradicionais que vivem em estreita relação com os recursos naturais.

Além da proteção contra violações e tentativa de garantir direitos, tais documentos oferecem indicações que permitem a formulação de propostas de articulação ético-política dos registros ecológicos que Félix Guattari (IDEM) tematiza. Na reflexão deste autor a

⁴ A Convenção 169 salienta em seu artigo 2º que é responsabilidade dos governos desenvolverem ações coordenadas e sistemáticas com vistas a proteger os direitos dos povos interessados, sempre com a participação destes (Plano nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015, p. 24).



linguagem e a forma de expressão das ideias parecem algo exotérica, mas o importante são as situações sociais em curso ao redor do mundo. Isto permite que se destaque conjunturas específicas e no caso da brasileira, podemos focalizar alguns pontos nevrálgicos de situações em voga no Maranhão. A intenção é dar relevo a conexão entre territorialidade, religiosidade e construção identitária, a partir de relatos produzidos em diferentes situações de pesquisa.⁵

A articulação entre território e política e a referência a proposta de uma articulação ético-política (Guattari, 2001) tem aqui especial importância. Para esclarecer essa proposição no que concerne ao sentido da política subjacente ao que enuncia o autor sugere

que a nova referência ecosófica indique linhas de recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios. Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto a vida cotidiana quanto a reinvenção da democracia (...). Trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero. (Guattari, 2001, p. 14)

Não custa lembrar que por ocasião da publicação do livro *As três ecologias*, o século XX estava em seus estertores e o mundo se reconfigurando. Guattari não abriu mão de premissas referidas a práxis humana, salientando o valor que elas têm “no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico” (Guattari, 2001, p. 8). A práxis humana será aqui identificada com os agenciamentos coletivos promovidos e organizados por povos de terreiros e comunidades tradicionais.

Menos de três décadas após o livro ter sido publicado no Brasil, as linhas de recomposição das práxis humanas estão ainda influenciadas pela “usinagem produzida pela mídia” mencionada pelo autor. O custo disto é pago pelos defensores do modelo hegemônico, mas os recursos são oriundos do que é produzido por toda a sociedade, o que remete ao sacrifício daquelas práxis consideradas politicamente minoritárias, que dentre outros incluem os sujeitos coletivos mencionados no parágrafo anterior.

⁵ Tratam-se de pesquisas realizadas no âmbito do PPGCSPA-UEMA, envolvendo docentes, discentes do mestrado e da graduação em Ciências Sociais Aplicadas da mesma instituição, bem como dos agentes sociais, referidos a movimentos, associações e entidades com os quais este programa desenvolve diferentes projetos.



ARTICULAÇÃO E LUTA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Pretendo neste tópico assinalar situações identificadas através de pesquisas que envolveram a participação de agentes sociais representantes de povos de terreiro e comunidades tradicionais. Os contextos a partir dos quais as narrativas dos agentes sociais são produzidas são apontados e também algumas referências derivadas de situações com características similares.⁶ Os agentes sociais expressam e demonstram preocupação quanto aos fenômenos de desequilíbrios causados por danos industriais e igualmente aqueles resultantes das relações sociais. Nos relatos e depoimentos, são afirmadas identidades de grupos diversos, a exemplo de indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, referidos a situações de conflito em torno do uso e da posse da terra, ajudando a compreender o sentido que o território tem para as comunidades tradicionais, assim como para os povos de terreiro.

As relações tradicionalmente estabelecidas com a terra e com os recursos naturais, em várias regiões do estado do Maranhão, vão de encontro aos interesses econômicos de empreendimentos de imobiliários, construções de refinarias, portos e petrolíferas, agronegócio etc. É desnecessário dizer que as condições sociais das comunidades quilombolas e dos chamados povos de terreiro se diferenciam daquelas dos representantes do setor empresarial, das corporações econômicas e isto se expressa em uma assimetria de poder tanto político quanto econômico.⁷

A intenção de instituir uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no Brasil, culminou com a publicação do Decreto

⁶ Tentei seguir a linha argumentativa de Almeida (2015, p. 11) acerca das “denominadas narrativas quilombolas” como um gênero literário em especial no “uso da palavra” dos agentes, posto que considero sua autoridade seja como fontes da memória quilombola, seja como expressão da cidadania na validação da participação política que vai além do direito ao voto.

⁷ Atente-se para o fato que os agentes aqui citados estão “sempre posicionados”, como enfatizado por Frederik Barth no texto “Análise das culturas nas sociedades complexas” (2000, p. 128-129). Ainda apoiada neste autor, reconheço que as vozes aqui destacadas não representam uma unidade em termos da compreensão das situações e / ou tampouco do tipo de encaminhamento e enfrentamento às mesmas. Entretanto, apesar de não se tratarem de registros de diálogos exclusivamente entre os agentes sociais também não foram apenas registros de entrevistas e conversas entre esses agentes e os pesquisadores com os quais dialogam. É indubitável que minhas percepções e meu posicionamento político condicionaram a seleção do material e a elaboração do texto.



6.040, em 07 de fevereiro de 2007. Este decreto define os sujeitos desta política como grupos

que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, ar. 3º, § 1º).

A dificuldade das agências governamentais e das instituições encarregadas do desenvolvimento de projetos, da promoção de iniciativas quanto ao atendimento das demandas e reivindicações dos sujeitos dessa política nacional brasileira já é conhecida. Este representa um dos obstáculos a efetivação de direitos, como os conflitos de interesses que, recorrentemente contrariam a expectativa dos povos de terreiro e das comunidades tradicionais. Essa dificuldade operacional das instituições públicas e os conflitos com agentes econômicos são faces da mesma moeda. As divergências de interesses jogam contra, muitas vezes, a efetivação de direitos que são garantidos, mas precisam de muitas lutas para que sejam concretizados.

Entretanto, de modo lento e nem sempre progressivo, alguns avanços podem ser apontados. O Maranhão é um dos estados brasileiros com muitas situações de conflito entre povos indígenas, comunidades quilombolas, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, dentre outras situações. Ao longo dos tópicos seguintes, vou apontar algumas tensões e alguns conflitos na dinâmica social em duas situações, a partir da perspectiva de duas agentes sociais. Uma delas é ativista social, yalorixá e está referida ao terreiro de candomblé que, como coletivo, luta pela afirmação identitária e pelo direito a territorialidade. A outra ativista representa tanto o movimento quilombola quanto o movimento de quebradeiras de coco babaçu. A definição dessas interlocutoras teve por base o reconhecimento da autoridade que têm como detentoras de conhecimentos relativos às questões e temas em que atuam. Tal autoridade é reconhecida através do engajamento nos debates sobre questões que se articulam com as temáticas relativas a centralidade do território e das dimensões classificadas como política e religiosidade nos contextos de suas agências.



Os relatos foram produzidos através de entrevistas, depoimentos e registro de participações em atividades acadêmicas realizadas no âmbito de projetos desenvolvidos e promovidos pelo PPGCSPA. Os dados são, portanto, parte de um conjunto que inclui ainda os registros que fiz entre junho de 2016 e abril de 2017, em trabalhos de campo realizados em Alcântara e em Penalva, na região denominada Baixada Maranhense. Destaquei algumas falas dos participantes da “Mesa de Depoimentos das Comunidades Atingidas por Mega Empreendimentos”, por mim coordenada no seminário internacional *Mega empreendimentos, atos de Estado e Povos e Comunidades Tradicionais*, realizado em São Luís, em outubro de 2016.

O tópico a seguir tem como referência a fala de dona Maria Venina Carneiro Barbosa, yalorixá que representa uma comunidade religiosa de matriz africana. Além de representar os povos de terreiro em fóruns locais, regionais e nacionais, ela atua em favor do direito à moradia e, nesta mesma luta se inclui o uso do território. De suas participações em projetos do PNCSPA destaca-se a publicação de um fascículo sobre Povos de Terreiro, intitulado *Ilê Axé Alagbedê – Casa Ferreiro de Deus*, Nº 27.

PARA SE TER O QUE FAZER NA RELIGIOSIDADE

O título deste tópico tem relação com a forma de se expressar de dona Maria Venina. Seu teor nos remete ao debate político, ainda que o tema seja a religiosidade. Se entendermos que ao considerar a necessidade de ir mais longe ela esteja se referindo a deslocamentos no espaço para encontrar respostas às necessidades imediatas - encontrar ervas e plantas usadas nas situações ordinárias do terreiro -, quanto ocupar outras posições no espaço público para conseguir fazer valer os direitos desrespeitados.

Mesmo separada do resto da fala, a fala denota certo grau de violência que os povos de terreiros sofrem. A urbanização muitas vezes não atende as demandas dos cidadãos, no sentido formal. Sua formulação sem consulta, sem diálogo não apenas implica desrespeito às culturas tradicionais como não prevê aquela articulação dos registros enumerados por Félix Guattari (2001, p. 8) como alternativa ao enfrentamento das distorções da “relação da subjetividade com a sua exterioridade”.



Dona Maria Venina se posiciona de modo crítico a perspectiva instrumentalista do uso de recursos naturais devido os efeitos sobre a forma de organização do território. Essa posição é assumida a partir da posição por ela assumida na luta pelo direito à moradia, na importância que atribui ao direito à liberdade de culto e expressão religiosa. Seu entendimento quanto ao pertencimento religioso, é bom que se diga, não parece apartado da consciência que tem dos direitos humanos. A luta por moradia é, neste sentido, uma luta por cidadania social e está intimamente relacionada com dimensões outras, a exemplo da política e da religiosidade.

Como liderança candomblecista, a forma de pensar o meio ambiente natural, as relações sociais e em especial a subjetividade de dona Maria Venina está orientada pela noção cuidado e pela centralidade do direito à vida. A relação com a natureza é uma condição sem a qual o candomblé não existiria da forma como é praticado em grande parte do país e por conseguinte no Maranhão. Os ritos e cerimônias, bem como as práticas ordinárias realizadas no “terreiro” só podem acontecer mediante o uso de substâncias derivadas de recursos naturais, tais como água e plantas extraídas das matas. Neste sentido, para uma comunidade de candomblé a questão não é de ordem teórica, relativa a tensão entre perspectivas, conservacionista X instrumentalista. Para o povo de terreiro, a relação com a natureza é constitutiva da própria experiência religiosa.

Uma das questões enfatizadas na fala de dona Maria Venina foi a dificuldade de acesso a determinadas ervas usadas nas práticas e que ao longo do tempo deixaram de ser encontradas no entorno do Ilê Axé Alagbedê Oludumare. A procedência das substâncias e materiais usados nos rituais e demais atividades religiosas importa para o povo de santo. Indaguei, querendo saber se ela conhece fornecedores de ervas e como se constitui, na Grande São Luís, o mercado de produtos religiosos. A resposta dela, em tom que dava a impressão de que se sentia no barracão⁸, foi:

Nós tínhamos a coisa natural. Quando aqui termina, se você vai aqui na Vila São José... A Vila São José foi uma ocupação, mas lá já tinha um povo que fazia plantação deles. Eles ainda preservam isto. Aí dão pro mateiro. Aqui a gente chama mateiro aqueles que sabem, vão e plantam. Muitas vezes plantam nessa área

⁸ Entrevista realizada na residência de dona Maria Venina, no bairro COHAB, em São Luís.



devastada, a qual fica ali do lado do terreiro. Eles lá dentro do mato, por exemplo, manjerição, manjerição é uma erva que ela dá em abundância. Encontrando terra expande muito. Então muitos mateiros vão plantar, vão deixar lá. O macassá [ou macacá], que é uma planta também que até a gente chama folha de arraia, muito ela se dá ao natural, é coisa divina. Elas dão na beira da casa, e você para poder ter essas plantas você precisa ir pro mato fechado, pra isso crescer no ambiente deles. São coisas naturais que vão acontecendo. Então eles vão pro mato pra isso. Quando isso termina, quando a gente não encontra mais, a gente vai procurar o erveiro, a gente vai lá procurar, em todo mercado da cidade tem um erveiro. Aí é a folha que o pessoal gosta, é o chá natural, essas coisas. Aquele homem ele geralmente ou ele tem a plantação dele ou ele tem uma ligação com o mateiro. Determinado tempo ele traz tanto, tanto, tanto, aí faz aquela coisa e aí é um absurdo. A gente vai agora comprar uma água de chama, que é uma planta, bem cheirosa, custa R\$ 10,00 [um molho]. Daquele tamanho. E é um montinho. Não sei se você já viu. É um absurdo. Você vai encontrar quando voltar pro Rio de Janeiro, no Mercado de Madureira, quer ver dá uma olhada lá pra traz, você vai encontrar lá os mateiros. Esses geralmente têm mais ligação e eles têm as plantações deles, assim num quintal extenso, uma coisa bem longe que ele sobrevive. E a gente começa agora também a sobreviver através deles.

A cosmologia característica do candomblé tem, em muitos sentidos, pontos de contato com a reflexão e com a proposta discutida por Félix Guattari no livro *As três ecologias*. Não se pode afirmar, de modo generalizante, que esta é a compreensão geral, que todas as pessoas que se identificam com o candomblé e em especial as que afirmam a identidade como povo de santo comungam dos valores e dos princípios que fundamentam e estruturam as comunidades religiosas de matriz africana. Os registros ecológicos aos quais o autor se refere têm a ver com as nossas experiências cotidianas. Contudo, é a noção de *ecosofia* que requer a politização da consciência que vai aproximar a proposta do autor do que tem sido defendido e afirmado pelos povos de terreiro.

Valores como ancestralidade, senioridade e coletividade configuram as relações nos terreiros, nas comunidades. Já em relação aos princípios, alguns podem ter sentido abstrato outros são absolutamente concretos e determinantes para a eficácia ritual e igualmente para a manutenção do terreiro. Um exemplo é o respeito ao meio ambiente que compreende e vai além da área física onde as dependências de um Ilê, ou comunidade, estão instaladas, ou seja, o lugar de encontros, reuniões, celebrações. O terreiro não se circunscreve apenas ao local de culto e as dependências tais como vestiários, cozinha, quartos onde os “fundamentos” das entidades estão abrigados, salão etc.



Outros espaços se configuram a partir das necessidades e das condições de oferta dos recursos para as atividades rituais e a manutenção do terreiro. Esses espaços podem ser categorizados em quatro principais elementos, de acordo com os recursos que proporcionam: a água, a terra, o fogo e o ar. É neste sentido que a territorialidade é um tema e uma questão central para a existência das religiões de matriz africana, conforme a fala de dona Maria Venina explicita.

Então nessa história, nessa luta todinha fomos destituídos desse nosso território natural que é as ervas, as plantas.... Agora temos que ir mais longe pra poder ter o que fazer dentro da religiosidade. Porque sem a planta, sem as ervas, sem isso pra vida do candomblé, e também, eu aprendi com meu pai na Mina, na Mina tradicional – que agora tá uma mistura que você encontra [as ervas e seivas] nas farmácias, nas coisa... que aí ninguém sabe o que é. Mas, é importante que tenhamos as ervas que são pra determinadas ações dentro da vida social, dentro do corpo, dentro da própria religiosidade. Então quando você se vê que tão invadindo o teu quintal, que tão invadindo as suas coisas você vê muito frágil. Fomos ao Ministério Público, fizemos tudo isso, mas não adiantou. Até hoje nenhuma uma resposta. Pra fazer uma pracinha, pra preservar o terreno ali do lado não tá dando. [Não têm logrado resultado em relação à luta?] A ação política pra poder pelo menos deixar alguma coisa porque ali ficou horrivelmente, foi uma coisa dolorosa, porque as pessoas ficavam doente, porque era uma poeira... [neste momento, ela imprimiu uma ênfase na palavra poeira, chamando a atenção para a dimensão do problema e gravidade da situação]. Era imensa a poeira. Ninguém, eu fiquei impressionada com isso, ninguém apareceu por lá. Aí você já viu como é que é como preservar dentro das comunidades tradicionais de matriz africana nosso espaço, espaço sagrado, que vocês chamam até território fica difícil. Fica difícil. Fica uma casa assim, com uma plantação

A defesa daqueles valores assinalados acima e também a importância de princípios como o cuidado com o meio ambiente tem sido pautada no âmbito das lutas dos chamados povos de terreiro com especial significação nas últimas três décadas, em algumas regiões do país. Apesar da relevância deste debate, essa discussão não será ampliada aqui, pois demanda dados e informações para que as referências sobre o Maranhão sejam percebidas no âmbito da situação brasileira. Contudo, os desequilíbrios e as ameaças ao meio ambiente ali mostram a pouca preocupação por parte das instituições governamentais quanto aos danos e prejuízos.

O Maranhão assim como outros estados nordestinos e também de outras regiões do país, os movimentos sociais têm pautado os fenômenos de desequilíbrio ecológico como



tema. As falas são bastante eloquentes a respeito dos efeitos danosos da instalação e operação de determinados empreendimentos, seja em termos do registro do meio ambiente, seja do social e igualmente do mental. O depoimento do senhor Clovis Amorim da Silva, pescador, relatando a situação da comunidade Cajueiro, localizada em São Luís, traz dados sobre a instalação de um porto naquela região. Esses dados indicam que além da instalação, a operação de tal porto ali afetaria de modo irreversível os modos de vida da comunidade, posto que fundamentalmente requer o deslocamento da comunidade. Não é possível remanejar a comunidade, pois não existem áreas suficientes para atender a essa necessidade que efetivamente não é da comunidade, mas da empresa que tem interesse em tal empreendimento. O senhor Clovis lembra que

Em 2004, tentaram instalar o polo siderúrgico aqui em São Luís e não conseguiram porque a gente resistiu, e nós que somos dos movimentos sociais resistimos e fomos felizardos por não conseguirem instalar um porto siderúrgico na época. Mas, em seguida eles também trouxeram a termoeletrica pra São Luís. Isso foi uma desgraça. Essa termoeletrica acabou poluindo a cidade toda. Os lençóis freáticos, de água doce e do mar também, os peixes já se encontram contaminado com mercúrio e chumbo e outros metais pesados. Tudo isso foi intencionado. Pra dizer: “olha aí não tem mais jeito pra ninguém morar; o jeito é só instalar indústria”. Contaminar água em lençóis freáticos é um crime contra a humanidade. A gente precisa denunciar essas coisas que estão acontecendo.

Esse depoimento traz conexões dos registros ecológicos nas dimensões social, mental e ambientais. Indica também em escala mais ampliada os efeitos que extrapolam as dimensões de um território específico. Esta comunidade é referência importante para os povos de terreiro do Maranhão, pois abriga um espaço sagrado, o Terreiro do Egito, conhecido desde o século XIX. Este terreiro é um lugar de memória e referência de luta pela preservação do culto a entidades espirituais africanas, com estratégica na luta pelo direito ao território.

No depoimento, o senhor Clovis Amorim da Silva aponta “as falsas promessas” de uma das empresas que tentam se instalar na comunidade. Le cita o terreiro como marco da formação da ocupação do território atualmente em disputa.

Em 2014, quando a WPR chega no Cajueiro com falsas promessas chega dizendo primeiro que é projeto, que vai beneficiar a comunidade. Em seguida eles vêm



cooptando as pessoas e dizem que vão tirar a comunidade de lá porque a área era deles. Onde a comunidade existe a mais de 200 anos? Só em registro a gente tem conhecimento que ela existe desde 1864. É pelo terreiro do Egito, o primeiro terreiro que existe na comunidade.

Esse conflito aproxima a luta desta comunidade à do Ilê Axé Alagbedê Olodumare, no Conjunto Habitacional Zumbi dos Palmares, localizado em Paço do Lumiar. A devastação das matas e florestas tem impactado a vida do terreiro, resultando na escassez de recursos tais como ervas, tanto aquelas usadas em remédios e banhos quanto as necessárias à realização de determinados ritos, a exemplo da “sasanha”. Fica patente a centralidade da flora, já assinalada. Na comunidade do Cajueiro a poluição das águas do mar e dos lençóis freáticos é um dos danos que se desdobram e trazem prejuízos à produção pesqueira e à outras atividades que demandam uma relação direta com água. Outro ponto em comum entre as duas situações é a poluição do ar.

Apesar de fazerem parte da Grande São Luís ou Região Metropolitana de São Luís, o Ilê e o Terreiro do Egito estão localizadas em zonas distintas em relação ao centro da capital do estado. Todavia, os danos causados pelas empresas em operação e as que pretendem se instalar na Comunidade do Cajueiro afetam a ambas comunidades simbólica e concretamente.

Dona Maria Venina lembrou dos riscos para os povos de terreiro de perderem aquela referência, que está sob ameaça de destruição.

É de onde originou, de onde veio várias casas [de religião de matriz africana] daqui. Entendeu? Da mãe Pia, que é o Gapara. Estão tentando pelo menos fazer essa preservação lá em cima, mas já está tudo sem espaço. Aí daqui você vê lá em cima o quilombo, porque tem que subir pra chegar lá e então tá de um tamanho assim oh, de alguns poucos quilômetros [por meio de gestos, indicava o decréscimo da área outrora ampla, coberta por vegetação e conflagrada, nos dias de hoje, sendo objeto do conflito entre grupos que representam por um lado os interesses dos moradores e por outro o das empresas instaladas nos arredores e/ou que pretendem ali se instalar, como mencionado no depoimento do senhor Clovis Amorim]. Aí tem uma árvore que o meu pai pediu que preservasse e então está essa luta para que pelo menos as pessoas que ficam ali ao redor não sofram tanto. Até agora o ICM Bio com outros e outros não conseguem fazer nada. Piorou depois que o Sarney Filho passou pro Meio Ambiente, que táí, oh: bote árvore, bota o eucalipto. Onde tem seca, é onde mais tem eucalipto porque o eucalipto puxa toda água.



Para os povos de terreiro e comunidades tradicionais o território tem uma circunscrição que envolve o espaço onde estão situados e o que está em seu entorno. Deste modo, para um terreiro, o templo é território e está dentro de outro território e ainda precisa de outros territórios. Até agora, falei um pouco importância das plantas, mas os rios e o mar são espaços importantes que conformam territorialidades necessárias aos povos de terreiro, posto que se trata de “uma relação totalmente simbiótica”.

A garantia de continuidade do Ilê no espaço onde está localizado está também ameaçada, em virtude das mudanças que estão ocorrendo em seu entorno. O deslocamento do terreiro é iminente e a mudança “não é nada boa”, pois seria “como abortar uma coisa que está viva, que ali é uma coisa que é sagrada, que é rezada”. Dona Maria Venina acrescenta que “então o meu território está grávido da minha expressão religiosa, do meu cântico, da minha iniciação, do que eu falo, está tudo ali e é sagrado. As coisas que estão dentro da terra. E aí, fazer isto, é como eu extirpar um negócio porque um outro invadiu e tirou o que é nosso. E aí é como o micro no macro.

A ênfase nos aspectos práticos e simbólicos dos danos provocados pelos empreendimentos imobiliários no Conjunto Habitacional Zumbi dos Palmares não impedem uma visão mais ampla dos impactos ecológicos no contexto do bairro e mesmo da Grande São Luís. As mudanças provocadas no entorno do terreiro comprometem o acesso aos recursos naturais e aos espaços necessários para a complementação das “obrigações” ali realizadas. Ao explicar a relação entre o micro e o macro na perspectiva da religiosidade, dona Maria Venina amplia seu foco dizendo:

O nosso território, em nossa religiosidade tá em todo local, em todo Brasil. É aquela que é como diz o micro, que é o Ilê, e o macro é onde está inserido naquele contexto. Aí o outro vem e tira, mas se eu sair daqui e for lá pra outro espaço ali também torna-se o meu território porque eu tenho permissão de quem é dono daquilo - eu tô falando da mata e do espaço - saber o que eu vou procurar como eu entro, como eu tiro e como eu faço. Quer dizer, em todo Brasil, onde tem Ilê, que tem essa matriz, como se fala, o tradicional, não o moderno, mas o tradicional, vai querer que tenha espaço verde e vai saber que aquele espaço tem que ser preservado pra gente sobreviver. Senão “pá éwe, pá orixá” [ou **kosí ewe, kosí orixá** que significa] sem folha não tem folha não tem vodum, sem folha não tem caboclo.



Os grandes empreendimentos como projetos imobiliários, instalação e operação de indústrias e agronegócio recorrentemente produzem impactos ecológicos nas comunidades tradicionais e, além disto, contrariam as expectativas de direitos à moradia, à terra, ao meio ambiente e a expressão da religiosidade a exemplo das ameaças que podem levar ao deslocamento compulsório do Ilê Axé Alagbedê Olodumare e da ocupação privada do Terreiro do Egito.

Para dona Maria Venina, religiosidade é o que “nós dimensionamos como a minha fonte, lá, e a ecologia ela tem uma... algo bem definido: eu preservo para eu sobreviver. E, nós temos a definição: - nós temos que preservar pra ter nossa identidade, pra ter nossa história, pra sobreviver e pra poder dar continuidade ao que vem depois”. Por isto, as mudanças no entorno do Ilê Axé e o comprometimento que produz na dinâmica do terreiro é uma alteração “muito séria”. Podemos identificar na fala da yalorixá vários aspectos relacionados a este comprometimento, como

Adequa[r] no remédio que você vai comprar já manipulado de maneira que você não viu, não sabe, não foi rezado ou então você vai ter que cair na lutar e pedir aos gestores [públicos] para deixar áreas preservadas como aconteceu em São Paulo [Parque dos Orixás]. Em São Paulo foi preciso pedir que o espaço pra poder não só levar o que nós chamamos *ebós* – que é *ebós* e oferendas, mas é oferenda e também vai no repasto– que é o que eu passo, faço a limpeza e entrego ao tempo para descarregar e as energias vão ter que fazer o que é necessário. Vai embora o negativo e a pessoa recebe o positivo.... Entrava, encontrava as ervas e aí encontrava as plantas como mangueiras grandes, encontrava várias coisas lá dentro.... Agora quanto tempo vai ficar eu não sei. Tem um pedaço que tem muito *tucumeiro* que são plantas resistentes e conseguem ficar. Do lado de lá já estão indo lá pra Ribamar. Isso tudo era mato. Tudo era coisa de preservação e tava lá. Estão agora fazendo não sei o que II, III [ela se refere aos condomínios e conjuntos habitacionais construídos e lançados no mercado imobiliário] Cidade Verde III que de verde não tem nada. [Interferência: não tem nada de verde. Só o nome?!] De verde, nem isso.... Dentro da mata é muito bom. E, pra nós, ter essa conotação de cidade, de casa ali, não é bom. Isso não é bom! O território ele vem com toda... vai me dá a identidade. Vai trazer a questão do quilombo, que não foi trabalhado, que antes era terra de preto e hoje começa a se chamar quilombo. Essa transição de nome é que deu uma maior confusão pros jovens.

Procurei enfatizar a relação entre territorialidade e religiosidade a partir de aspectos relativos a situação que o Ilê Axé Alagbedê Olodumare – Casa Ferreiro de Deus está vivenciando recentemente. Apontei conexões entre essa situação e aquela vivenciada por



moradores nas comunidades do Cajueiro que se posicionam contra iniciativas e a instalação de projetos que causam danos ecológicos através da poluição do ar, do solo e da água para além dos limites das comunidades. Destaquei que tradicionalmente essa área onde vivem muitas famílias de pescadores abriga um dos terreiros mais antigos da Grande São Luís, o Terreiro do Egito e que os empreendimentos ali instalados e em operação produzem impactos na pesca, no plantio, no extrativismo e além disto, influenciam diretamente o êxodo de moradores, ameaçando a memória da comunidade e dos povos de terreiro.

LÁ, ONDE ESTÃO TODOS OS PARENTES

Neste tópico tem como ponto de partida o sentido político da subjetividade humana, que marca implícita e explicitamente a fala de dona Maria Nice Machado Aires, permitindo o estabelecimento de conexões entre as dimensões individual e coletiva das experiências destacadas e das situações pontuadas. Quem é dona Maria Nice Nice Machado Aires? Ela se apresenta e, portanto, autodesigna-se quilombola, é associada a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ); e defende os direitos das quebradeiras de coco babaçu, com atuação no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Como uma ativa participante da vida política de sua cidade, Penalva, para ela a agricultura familiar e a proposta de criação de reservas extrativistas no município são temas e propostas fundamentais. E, decorrente dessas duas bandeiras de luta, dentre outras questões, representa no âmbito estadual o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNES) que, segundo suas palavras, é uma entidade maior que a ACONERUQ, pois abrange o Brasil inteiro. Dentre outros pertencimentos e níveis de atuação, dona Maria Nice integra o grupo denominado “As encantadeiras”, que foi formado há mais de dez anos, por mulheres engajadas em organizações sociais de quebradeiras de coco babaçu, cantando, encantando e contando histórias sobre preservação ambiental, luta por direito a terra e ao território, afirmação identitária etc.

Além dos agenciamentos coletivos em que toma parte, ajudando na mobilização e na organização social, um dado digno de atenção da trajetória de dona Maria Nice é a capacidade de memória que ela tem. Ao discorrer sobre acontecimentos, eventos e lutas ela demonstra impressionante capacidade de análise e de síntese de distintos episódios



referidos às situações marcadas por conflitos vivenciados pelo povos e comunidades tradicionais no Maranhão. No meu ponto de vista, essa visão de conjunto é tributária da intensa participação social que desde muito jovem ela tem vivenciado. Será possível perceber isto mais adiante. Por agora, quero assinalar que no livro *Nice guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta* há um delineamento da compreensão que ela tem da importância de sua formação como liderança social. Nota-se que na avaliação que ela faz a Igreja Católica aparece como uma referência importante das experiências formativas e de engajamento. Também, pontua a influência de seu pai, que foi liderança sindical de Penalva, e cuja trajetória de participação ativa na luta por direitos para os trabalhadores rurais será lembrada aqui retomada, ainda que de passagem.

A perspectiva feminista inscrita no título do referido livro não oblitera a influência e a importância da figura do pai, Apolônia Machado, no engendramento de seu perfil como ativista social. Depois da aproximação ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), em decorrência de preconceitos ali sofridos, dona Maria Nice se afastou daquele agrupamento. Apesar da relação tensa com o sindicato, o pai a incentivava a participar do STTR. Isto porque ele conhecia a visão dela e afirmava a importância da participação dela ali. Não obstante isto, a decisão dela foi por deixar de participar da luta no âmbito do sindicato, para não prejudicar ou contribuir com o afastamento do pai da instituição.

Portanto, ao se reportar a atuação do pai no sindicato o seu lado de guardião da memória da luta aflora e esta característica não se limita a este aspecto. Ao longo do engajamento social ela teve outros antagonistas e desafetos e também para não comprometer os que estavam do seu lado no campo de batalha e, por não querer entrar em briga com “pessoas de sua estatura”, ou seja, que vivenciam problemas e passam por dificuldades similares às enfrentadas por ela, a saída foi o recuo.

A passagem pelo sindicato mostra essa disposição de reconstruir a agência em outro espaço de luta e de representação social. A participação naquela instituição contribuiu para ampliar a percepção dela sobre o preconceito contra a mulher e a reprodução da subordinação e da subalternização do papel feminino na sociedade. Constatou isto através da falta de espaço e da representação da “ideia perversa de que a mulher tinha que depender



do homem, de que não tivesse mulher em sindicato, de que a mulher não tivesse documento”. Conforme mencionado, este recuo não paralisou sua agência, nem tampouco fez arrefecer seu compromisso com a luta pelo direito a terra. A partir deste episódio seu engajamento passou a ser com a organização de outras associações, estruturadas atualmente como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF), e segundo dados fornecidos por ela tem quase 6.000 sócios.

Ainda que no fundamental da luta pelo território e pela terra a bandeira seja idêntica, não se pode dizer o mesmo a respeito dos estilos de atuar, das estratégias e das metodologias. A crítica à reprodução do sexismo, do machismo e do patriarcalismo no interior do movimento sindical pontuada na fala de dona Maria Nice não difere daquela feita por mulheres que atuam no âmbito dos partidos políticos. Divergências e busca de consenso são inerente à luta social, mas o que está aqui em questão é a exclusão da mulher dos espaços de representação coletiva, assim como das esferas decisórias. Nos enunciados acerca da questão de gênero a arena de luta de dona Maria Nice é o movimento sindical, é associação de comunidades rurais quilombolas. É nesses espaços que ela participa. Se é a mesma causa, porque as mulheres não têm o mesmo espaço de poder que os homens?

A subordinação e subalternização da mulher, por meio da representação da fala, ocorria, naquele momento, em outros contextos de luta e regiões do país, a exemplo do movimento negro e também dos partidos políticos. O movimento de mulheres e o movimento negro começaram a ter alguns pontos de contato importantes, no Brasil, a partir da década de 1970. Pode-se inferir que se deu o mesmo em relação a questão de gênero no interior do movimento de luta pelo direito à terra. A partir da memória de dona Maria Nice sobre esses enfrentamentos desde os primórdios de sua participação no STTR, pode-se entender a recentemente incorporação da dimensão de gênero na identidade social da luta, através da inclusão das “trabalhadoras” no nome do sindicato, através da duplicação da letra T.

Depois de uma conversa de dona Maria Nice com dois agentes sociais, seus companheiros de articulações políticas, ela lembrou um conflito referido a eleição da diretoria da ACONERUQ, em 2013. Foi uma disputa violenta “só porque a candidata era uma candidata, era uma mulher, não era um homem”. Com essas exatas palavras, ela



rememorou a situação, dizendo: “nós brigamos. Nós tivemos a primeira eleição que foi barrada”. Os resultados foram contestados na justiça eleitoral, com o primeiro pleito impugnado. Apesar de tal oposição, a candidata que estava no páreo com um candidato foi eleita duas vezes. Obviamente, a segundo foi chancelada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Nenhuma mulher havia sido presidente da associação até aquele momento. Uma das alegações para justificar a oposição a candidata de 2013 foi por ela ser “dura”, que na interpretação de dona Maria Nice significava que ela não se deixava submeter. Os opositores desta candidatura aceitavam “que colocasse mulher, mas mulher que os homens dominassem lá dentro”. A autonomia fez com que “eles não aceitassem”. Em menos de meia década, pode-se imaginar que algo de novo possa ter ocorrido. Parece que a revisão das posições não foi bem-sucedida, por isto “eles continuam com esse mesmo preconceito”. Para dona Maria Nice, o preconceito – de gênero no presente caso - é inadmissível porque “a ACONERUQ não tem dono. Ela é de todo mundo. Tanto faz ser contra como não ser, mas se você é sócio você tem direito”.

No pleito de 2017, dona Maria Nice se apresenta como candidata no primeiro final de semana do mês de abril fazia campanha e articulação política nas comunidades. A plataforma por ela defendida tinha como ênfase, ou de acordo com as palavras dela, “o primeiro passo”, um dos objetivos da associação, que é a luta por direitos. As comunidades quilombola maranhense estão há muitos anos à espera da regularização da terra e de ver o direito à moradia concretizado. O propósito dela é o de que a entidade trabalhe para conquistar a demarcação das áreas reivindicadas e, mais adiante, a titulação.

As constantes ameaças de desmontes de programas e políticas públicas orientadas às comunidades quilombolas preocupa dona Maria Nice. Ela sonha com o dia em que as comunidades vão ter efetivados os direitos já adquiridos e também com a constituição, em Penalva, de reservas extrativistas. A este respeito, comentou:

Hoje, como estivemos falando, tá acabando nossas plantas naturais, tá acabando o extrativismo, porque tá vindo muita gente de fora, invadindo a nossa área. Porque o governo que está lá ele não respeita os nossos programas, os nossos projetos. Esse é um dos sonhos, pra que essas quatro coisas principais do direito quilombola sejam realizadas.



Nas duas últimas décadas, o incremento de mobilizações e ações sociais tem contribuído para a ampliação da visibilidade das demandas das comunidades quilombolas, bem como de outros grupos e comunidades tradicionais. Não se pode deixar a parte, apesar de eventuais reservas que a Constituição Federal de 1988 reconhece a pluralidade cultural da sociedade brasileira e dos denominados “remanescentes das comunidades dos quilombos”.⁹

Em Penalva, município localizado na Baixada Maranhense, bem como em outras regiões do estado e também do país, a formação de associações de comunidades quilombolas se inscreve no contexto organizativo face a demandas históricas e pela necessidade de formação política. Esse processo tem sido decisivo para o reconhecimento das comunidades tradicionais, através da certificação conferida pela Fundação Cultural Palmares. Não custa lembrar que isto ocorre mediante solicitação encaminhada por via da associação representante da comunidade requerente.

A participação de dona Nice nesses agenciamentos coletivos, com esta finalidade, vem de algumas décadas. Uma experiência dela, desde a época em que seu pai era filiado ao STTR, tem sido na organização do cadastramento das famílias dos trabalhadores rurais. Inicialmente foi para responder a exigência quanto a demanda por crédito agrícola. Essa experiência tem sido fundamental para o trabalho na associação do Bairro Novo, onde ela vive. O empenho é por manter as famílias em suas comunidades. Ao se reportar a entidade, avalia que “organiza na documentação, organiza na moradia, (...), na formação ambiental. Briga pra ter escola na sua comunidade, briga para ter um posto de saúde, briga pra ter água encanada... Em vez dela vim pra cidade ela briga pra levar daqui pra lá”.

Outra preocupação de dona Maria Nice é com o patrimônio cultural imaterial e material, e igualmente com formas autossustentáveis de produção. Neste sentido, está em sintonia com o posicionamento do MIQCB, da ACONERUQ e mesmo do CNES. A

⁹ O Artigo 68 da CF é considerado um ponto de inflexão no que concerne a significação da categoria quilombo e garante a propriedade definitiva “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras”, cabendo ao Estado a emissão dos títulos.



despeito das questões internas, é importante destacar que essas entidades agregam sujeitos coletivos de direitos propondo uma práxis humana alternativa àquelas valorizadas pelos setores hegemônicos da sociedade.

Uma fase nova na experiência política das comunidades quilombolas de Penalva pode ser significativa na defesa da proposta de constituição de reservas extrativistas no município, e também na formulação de projetos voltados à agricultura familiar. A criação da secretaria municipal de Agricultura Familiar foi um arranjo para contemplar a alguns setores do movimento que apoiaram a candidatura do atual prefeito. Diante do compromisso de atender a demanda de criação da secretaria, depois de muito ponderar sobre os bônus e os ônus, a solução foi aglutinar as pautas que seriam desta nova secretaria com aquelas da secretaria do Meio Ambiente.

A proposta é considerada promissora por alguns, mas existem também os reticentes acerca dessa aproximação entre movimento e governo. Todos estão, no entanto, de acordo com essas pautas. A articulação das pautas da “agricultura familiar” com as do “meio ambiente”, através de uma consideração de dona Maria Nice, remetem à alguns registros da proposta ecopolítica de Guattari.

(...) a questão religiosa africana ela respeita tudo que é feito por Deus. Isso o que é? É a questão ambiental. Quando fala extrativismo significa tudo que é plantado por Deus. A religião africana ela respeita isso que é plantado por Deus. Qualquer tipo de pau que Deus deixou no mundo nós respeita, e sabemos que serve para alguma coisa. (...). Se ver um juçaral, se ver um palmeiral, se ver um campo natural, se nós vemos um animal, pode ser ele o que for, nós somos contra matar e contra maltratar. A religião africana nossa é isso. Tudo o que é feito por Deus nós respeitamos. E as vezes (...) quer[em] acabar com o que Deus deixou e nós somos ao contrário. Tudo. Um capim nós respeitamos, um pé de árvore nós respeitamos. Nós estamos cansados de celebrar missa embaixo dos pés de árvores, nós estamos cansados de dar reunião debaixo dos pés de árvore. Tudo isso a gente faz porque lá é um lugar sagrado. Ele deixou ali pra nós. É essa a nossa política, o nosso conhecimento africano. Religião africana significa isso. Tá? Os negros respeitam tudo isso. (...) na Bíblia diz que você nasce cresce, reproduz e envelhece, morre e depois vira pó. Aonde tem o pó nosso nós respeitamos também.

Nós temos ciúme porque tem um pó do pai, o pó da mãe que viveu ali. Isso na nossa matriz africana. Por isso que nós brigamos por essa área: porque nossos parentes estão todos aqui. Tudinho. E essa terra nos pertence, porque lá onde tem o pó do meu pai lá é meu; aonde tem o pó da minha mãe lá é meu. Nós temos essa visão tradicional como está escrito aqui. Entendeu? E, às vezes nem todo mundo compreende isso. O respeito: nós respeitamos parteira, doutor do mato, índio. Nós



respeitamos toadas, as áreas, todas as religiões. Pode ser o que for, a gente não ataca. Respeita. Tudo isso o que tem. (...). Você tem que respeitar o seu, o que não é seu, dos outros, o que lhe pertence e o que não lhe pertence. É essa a nossa visão, africana. É outra visão (...).

A relação entre territorialidade e religiosidade é intrínseca a defesa dos direitos humanos e a luta pela preservação do equilíbrio ecológico. A religião, no relato de dona Maria Nice, aparece com um sentido prático, conformando sua expressividade acerca do que é dito e em especial sobre o que é feito: “Quando se fala em reserva extrativista está se falando na terra, na água, na floresta, no cidadão com vida, na educação, na saúde, na moradia. Isso que é reserva extrativista. O paraíso na Bíblia é a reserva extrativista na nossa fala. (...). Então, eu trabalho nessa área, nesse sentido.”

Uma frase proferida por dona Maria Regina Santos, extraída do *Boletim Informativo* 2, sobre Penalva, ajuda no fechamento deste tópico. Ela se identifica como chefe de terreiro de Tambor de Mina, informando ao leitor que faz “preparados de doença” com “mato caseiro “. São tantos os matos, segundo ela, que “às vezes a gente até esquece”. O que não esquecem, e aí não é uma questão de memória, é dos efeitos danosos de desequilíbrio ecológico. A frase corrobora as inquietações de dona Maria Venina quanto a dificuldade de encontrar os recursos naturais usados nos rituais do Ilê Axé Alagbedê Olodumare e ajuda a entender o empenho de dona Maria Nice na preservação dos campos naturais, das “matas velhas”, juçarais, madeiras raras etc. É por isto que sonha com a criação de reservas extrativistas na região ecológica da Baixada Maranhense.

As matas e os matos são fundamentais para as doutoras do mato, curadeiras, benzedeiras e parteiras. Outra fala de dona Maria Regina resume as situações de violência, as agressões sofridas e evidencia porque a Baixada Maranhense é uma região onde são recorrentes as situações de conflitos e as tensões sociais. “Agora os matos estão virando capim e nem sei como vai ser para curar as doenças que o capim e os búfalos causam. É mais doença nas pessoas e os matos se acabando. As doenças aumentando. Meu Deus, como vai ser?” Vai ser muito ruim, certamente. Por isto a luta é tão importante.

Nesta região são comuns também as ameaças e os atentados contra a vida dos agentes sociais, com confrontos frequentes entre representantes dos coletivos que lutam por



direitos sociais e seus antagonistas, envolvendo episódios por vezes dramáticos.¹⁰ A este respeito, Alfredo W. B. de Almeida nos lembra que “[o]s territórios quilombola, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados e permanecem intrusados por cercas eletrificadas e por rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca, e pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas” (2016, p. 13).

Ao se referir as “riquezas” existentes no subsolo e nas matas de Penalva, dona Maria Nice considera que a condição de possibilidade para limitar a apropriação particular de tais riquezas é a constituição de reservas extrativistas nas áreas com características ecológicas ainda conserváveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Agora se nós manter a nossa coragem de dizer que nós não vamos sair, porque nós temos os nossos direitos garantidos, aí nós vamos ter como expulsar eles, mas se não for assim, não vai.”¹¹

Este texto teve procurou estabelecer conexões entre ideias, conceitos e agências através da noção de ecopolítica. O pano de fundo é o projeto “Religiosidade e Territorialidade: saberes e práticas tradicionais na defesa dos territórios étnicos”. Acionei elementos referidos a reflexão e a discussão de Félix Guatarri, contidas no livro *As três ecologias*, sem com isso pretender esgotar as possibilidades de leitura e interpretação que o livro oferece.

Os relatos tomados como material de reflexão são provocativos. As falas nos remetem a discussões que vão além do pano de fundo do projeto. Emergem delas temas

¹⁰ Os conflitos relativos a luta pelo uso e pela posse da ‘terra’, bem com as resistências dos movimentos que atuam sob tensão, devido a ameaças e outras pressões nos remetem a ideia de igualdade abstrata. Em termos da concreticidade é a desigualdade eufemizada ou não que se tem, com referentes que confirmam a injustiça social que pesquisas e estudos sociológicos têm apontado. Estão em jogo as perspectivas liberal e estatizante da cidadania.

¹¹ Citação “copiada” da entrevista concedida pelo senhor Leonardo dos Anjos que está no livro *Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara e a Base Espacial*, de autoria de Leonardo dos Anjos.



questões como sexismo, machismo e gênero. No universo cultural de referência estas questões estão referidas a grupos, associações, comunidades etc. posto que tais coletivos são também atravessados por diferentes assimetrias de poder. Entretanto, a aposta deve recair na potência dos agenciamentos. Nas falas os modos de ser e de agir dos agentes, considerando a conveniência de suas ações condicionam compromisso e política, assim como cuidado e identidade. A conjuntura brasileira recente desafia a imaginação e a criatividade de mulheres e homens engajados na construção de um mundo onde todos caibam.

Para construir essa proposta, um elemento importante é a articulação entre os modos de pensar, de agir e de comprometer-se. A fala de Guattari – ainda que centrada no processo histórico em que o mundo atravessava no final do século XX – também nos provoca, sugerindo que novas práxis humanas devem ser construídas. A reinvenção das formas de ação requer criatividade e imaginação humana. Apoiada em Jacques Rancière, acrescento, ainda a ideia de inventar formas de partilha de poder, com ênfase na importância e no valor dos agenciamentos coletivos. As falas se conectam ou podem ser conectadas. As noções de território e construção identitária são noções relativas aos direitos e as situações sociais reportadas nas falas das agentes indicam uma forte tensão entre garantias e plena efetivação de direitos. Essa importância e esse valor estão implícita e explicitamente presentes no discurso e nas ações individuais e igualmente naquela promovida por movimentos, agrupamentos e demais formas organizativas que representam os povos de terreiro e as comunidades tradicionais aqui indicadas.

O coletivo como vetor determinante está no relato de dona Maria Venina, com foco nas mobilizações referidas as ocupações populares, que culminaram na construção do Residencial Zumbi dos Palmares e na fundação do Ilê Axé Alegbara Olodumare. Essa dimensão aparece também como princípio que anima e estimula dona Maria Nice na superação de dificuldades e problemas decorrentes dos enfrentamentos e da “ousadia” em denunciar violências sofridas pelas comunidades rurais, quilombolas e não quilombolas.

O relato de dona Maria Venina permite que se compreenda a centralidade da noção de territorialidade para as tradições religiosas de matriz africana, com base nos usos e na importância de substâncias extraídas da flora e da fauna. Das plantas e dos animais são



extraídas substâncias e produzidos materiais importantes para o preparo e a realização de rituais e das demandas próprias de um terreiro. Essas substâncias e esses materiais são usados em natura e/ou processados; são usados na fabricação de medicamentos tais como chás e banhos, bem como diferentes tipos de artefatos, de acordo com o calendário de atividades de cada terreiro e de suas demandas surgidas em seu cotidiano.

Há um descompasso entre as agendas dos movimentos sociais e a das agências governamentais, que deveriam responder demandas sociais dos povos de terreiros e comunidades tradicionais. Além das garantias formais, o reconhecimento e a efetivação de direitos depende de “atos contínuos” do Estado, envolvendo suas distintas agências.¹² Os limites e as dificuldades para promover e proteger direitos convergem com as situações sociais e fenômenos de desequilíbrios ecológicos. Interesses divergentes ajudam a intensificar conflitos entre movimentos e antagonistas desses coletivos.

As comunidades atingidas por grandes empreendimentos, no Maranhão, estão expostas aos danos e aos impactos de tipos, escalas e natureza diversos. Regularmente, a arbitragem do Estado, quando ocorre com este propósito, favorece a interesses do agronegócio, do setor empresarial, enfim dos antagonistas dos povos de terreiro e das comunidades quilombolas. Investidas mais recentes do governo brasileiro, promovendo projetos desenvolvimentistas confirmam estas denúncias.

A potência dos agenciamentos coletivos – grupos, associações, sindicatos etc- do ponto de vista da emancipação mostra que as novas formas de cidadania podem estar assentes em direitos e deveres, mas que a participação “não liberal” e “não estatizante” é uma condição *sine qua non* da efetivação dos mesmos. A denúncia da usurpação e a defesa do uso comum das terras onde têm vivido por gerações e gerações e / ou das unidades de trabalho familiar - “entendidas em sentido amplo” e sob controle de comunidades tradicionais - que esses coletivos escapam e se distanciam do sentido liberal-estatizante de

¹² Ressalte-se, conforme assinalado por Almeida e Sprandel (2014, p.10) a propósito das táticas e estratégias de revogação de direitos formais, que “as correlações de força que configuram a questão do ‘desmatamento’ (...) expressam relações sociais definidoras dos interesses de determinados grupos – objetivados em partidos, facções, blocos, de poder e em frentes parlamentares ou ‘bancadas’ -, bem como uma luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas não exatamente iguais, capazes de mobilizar recursos vários com propósitos políticos explícitos”.



cidadania.¹³ As ideias subjacentes aos valores e princípios defendidos por povos de terreiro e comunidades tradicionais são variantes da noção de ecológica consoante a reflexão e a discussão de Guattari.

Há que se considerar, as formas de produção dos povos e comunidade tradicionais, como plantio, pesca, extrativismo, artesanato, estão associadas com relações fundadas e fundamentas no parentesco, na solidariedade familiar e da comunidade local. Não obstante isto, nos depoimentos, os agentes sociais denunciam os descasos, o desrespeito e as violências decorrentes dos impactos sociais e ambientais da instalação e operação de grandes empreendimentos, como as atividades minerárias e imobiliárias, por exemplo.

As trajetórias e as histórias de vida dos coletivos que afirmam suas identidades e pertencimentos como povos de terreiro e comunidades quilombolas “abrange[m] um coletivo de indivíduos que partilham sentimentos de viver livremente, mantendo as suas práticas sociais em seus territórios tradicionais”. Evidenciam aspectos significativos das situações e dinâmicas específicas e também as que podem ser consideradas comuns em termos das lutas e dos enfrentamentos algumas vezes contra antagonistas do mesmo campo social e / ou que fazem parte dos mesmos setores econômicos. A ancestralidade emerge como valor e os modos tradicionais de se relacionar com os recursos naturais e com o sobrenatural tem relação com a ideia de sustentabilidade. Estes valores, assim como os conceitos e as ideias subjacentes às cosmovisões dos povos de terreiro e das comunidades tradicionais são: indicações das possibilidades de dinamização de resistências, subsídios à outras experiências e recursos à criação de novas práxis humanas.

A coragem de viver dos agentes sociais é um dos elementos que iluminam as “narrativas quilombolas” e o valor dessas narrativas como fontes documentais. O modo como enfrentam as situações de conflito em seus universos sociais de referência é inspirador para a ação social em outros campos de luta nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

AIRES, Maria Nice Machado. *Nice Guerreira: Mulher, quilombola e extrativista da floresta*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

¹³ Almeida e Sprandel, p. 42.



AYRES, Gardênia Mota. “Sobre a história de vida de Cabeça”, em PADILHA, Ednaldo. *Resistência e fé: o “Cabeça”, narrativas de um quilombola*. Rio de Janeiro: Casa 8 / PPGCSPA – UEMA, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Apresentação das coleções: ‘Narrativas quilombolas’ e ‘Luta e resistência quilombolas’”, em: PEREIRA, Aniceto Araújo et alii. *Lutas em memória: a luta pela “terra” reforçada pela luta em defesa dos ‘territórios’ quilombolas*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

_____. “Fontes de autoridade da memória quilombola”, em PADILHA, Ednaldo. *Resistência e fé: o “Cabeça”, narrativas de um quilombola*. Rio de Janeiro: Casa 8 / PPGCSPA – UEMA, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, e SPRANDEL, Marcia Anita. *O Congresso Nacional e o desmatamento na Amazônia*. Manaus, AM: UEA Edições, 2014.

ANJOS, Leonardo dos. *Direitos, resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara e a Base Espacial*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. Coleção Narrativas Quilombolas; n 1.

BARTH, Frederik. “Análise da cultura nas sociedades complexas”, in: LASK, Tomk (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. *Boletim Informativo 2. Território de Sansapé, território de Formoso, território de Monte Cristo. Maranhão*. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Coord.) Rio de Janeiro: Casa 8 / Nova Cartografia Social da Amazônia. Junho de 2014.

_____. *Ilê Axé Alagbedê Olodumare – Casa Ferreiro de Deus – Povos de Terreiro – Paço de Lumiar, Maranhão*. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Coord.); Paço de Lumiar, Maranhão: projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

PEREIRA, Aniceto et alii. *Lutas em memória: a luta pela ‘terra’ reforçada pela luta em defesa dos ‘territórios’ quilombolas*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. Coleção Narrativas Quilombolas; n° 6.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA 2013-2015. 1ª edição. Brasília, Janeiro de 2013. (Presidência da República / Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial).

RANCIÈRE, JACQUES. Entrevista “A falácia democrática”, em: Revista Carta Capital, 29/09/14, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/819/a-falacia-democratica-198.html>, acessado em 25/06/2017.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. *O direito das minorias – passagem do “invisível” real para o “visível” formal*. Manaus: UEA Edições, 2013.

Recebido em setembro de 2017
Aprovado em novembro de 2017